

O DIAGNÓSTICO DA PSICOPATIA AJUDA A ESCLARECER A ATUAL CRISE POLÍTICA BRASILEIRA?

DOES THE DIAGNOSIS OF PSYCHOPATHY HELP TO CLARIFY THE CURRENT BRAZILIAN POLITICAL CRISIS?

Eduardo Mourão VASCONCELOS¹

Recebido em: 21/05/2020

Aceito em: 04/06/2020

RESUMO

Jornalistas e comentaristas políticos têm atribuído ao presidente Bolsonaro um diagnóstico de transtorno mental e, particularmente, o de psicopatia. Este breve ensaio propõe que um diagnóstico psiquiátrico apenas aponta para um quadro grave de subjetividade no governo, mas individualiza, reduz e escamoteia um fenômeno coletivo muito mais complexo e uma profunda e grave crise política, social e sanitária. Contudo, o texto não visa desprezar a contribuição de uma análise da dimensão subjetiva da atual crise, sugerindo para isso o uso de categorias e conceitos da psicossociologia para subsidiar esta avaliação, combinando-a com o exame de processos políticos, econômicos, sociais, culturais e comunicacionais. O resultado é a constatação de uma crise de dimensões trágicas para o país, que requer a mobilização de todas as forças democráticas para seu enfrentamento.

Palavras-chaves: Psicossociologia. Psicopatia. Imaginários coletivos. Crise política.

ABSTRACT

Journalists and political analysts have ascribed to Brazilian president Bolsonaro a diagnosis of mental illness and particularly, of psychopathy. This brief essay proposes that any psychiatric diagnosis may point to a serious subjective aspect of a government, but individualizes, reduces and hides a much more complex collective phenomena and serious political, social and public health crisis. However, the text does not aim at dispensing the contribution of subjective dimensions in the present crisis, proposing for this purpose the use of categories and concepts from the French psychosociology approach, in order to subsidize this evaluation, combining it with the examination of political, economical, social, cultural and communication processes.

¹ Psicólogo, cientista político, doutor pela London School of Economics, professor aposentado da UFRJ, e ativista histórico dos movimentos de reforma psiquiátrica e antimanicomial no Brasil.

The result is the acknowledgement of a crisis with tragical dimensions in the country, which requires the mobilization of all democratic stakeholders to confront it.

Keywords: Psychosociology. Psychopathy. Collective imaginaries. Political crisis.

A jornalista Ruth de Aquino, do jornal O Globo, publicou um artigo na edição de 17/04/2020, intitulado “Bolsonaro não é louco”, sugerindo uma associação entre o comportamento do presidente e a *psicopatia*, afirmando não se tratar propriamente de um transtorno mental, ao diferenciar a psicopatia das formas convencionais de loucura. O artigo gerou controvérsia entre nós, profissionais do campo psi.

A associação feita pela jornalista não é aleatória e outros jornalistas e comentaristas políticos também se aventuraram neste caminho, porém de forma mais genérica, insinuando um transtorno mental sem diagnóstico preciso. Essas indicações têm algum fundamento, se compararmos o perfil descrito pela psiquiatria convencional (por exemplo, nos seus manuais DSM-IV e CID 10) para a *psicopatia* ou *transtorno de personalidade antissocial* (TPA) com a biografia e o perfil psicológico de Bolsonaro, particularmente com seu comportamento no atual momento de pandemia do COVID-19.

Para uma comparação, é possível citar características como o fracasso em conformar-se com normas sociais e comportamentos legais; impulsividade; irritabilidade e agressividade; desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia; irresponsabilidade; e, particularmente, ausência de remorso, indiferença ou racionalização quando ataca ou maltrata outras pessoas. O CID-10 complementa com outras características como baixa tolerância à frustração; baixo limiar de descarga da agressividade e da violência; tendência a culpar os outros; e racionalizações plausíveis para comportamentos que levam a conflito com a sociedade. Em relação a tais características, basta lembrar de alguns posicionamentos de Bolsonaro, como minimizar os riscos da pandemia do COVID-19 como uma “gripezinha”; da centralização absoluta em sua pessoa e seu perfil de atleta, que o faria passar incólume pela doença; das declarações contra as medidas de isolamento social, estimulando as aglomerações e o contágio coletivo e, na prática, o genocídio; de sua indiferença e desdém pelas milhares de mortes que a doença vem causando no mundo e agora no Brasil. Ele mantém tais posições, quando até mesmo as lideranças mundiais que mais admira, como Donald Trump, já tinham mudado de posição, passando a defender o isolamento social.

No entanto, pondera-se em avaliação que o uso de diagnósticos psiquiátricos ou psicológicos para casos de lideranças políticas traz inúmeros problemas interligados, como:

- (a) realiza uma *redução e individualização* de fenômenos políticos coletivos, complexos e multidimensionais, limitando-os às características de um ou mais indivíduos-chave envolvidos;
- (b) repete uma *tendência historiográfica simplificadora* e há muito tempo criticada, de tentar explicar processos históricos e políticos de um país pelas características da personalidade de seus líderes ou governantes. Por exemplo, a partir da emergência dos regimes políticos republicanos, alguns líderes com estas características foram eleitos, e podemos nos perguntar então sobre os determinantes dos processos que levam a maioria dos votantes a se identificar com este perfil e votar maciçamente nele, bem como sobre os interesses econômicos e políticos que levam seu grupo político imediato e seus aliados no bloco de poder a sustentá-lo, apesar desses comportamentos idiossincráticos;

(c) produz uma *medicalização* e, ou *psicologização* do problema, ou seja, superestima o poder e o saber dos médicos e psicólogos para explicar o fenômeno e para direcionar as eventuais propostas de encaminhamento dos problemas;

(d) tende a enfraquecer a *imputabilidade*, conceito jurídico referente à possibilidade de *atribuir* responsabilidade ao autor de infrações civis e penais, pois a partir de um diagnóstico psiquiátrico, sua defesa no processo pode alegar uma eventual falta de entendimento sobre o pleno significado de seus atos.

Essa avaliação não significa desvalorizar os saberes psi e suas importantes contribuições para a análise interdisciplinar. Todavia, é preciso questionar o diagnóstico individualizador e reducionista. Para esta análise, sugerimos, em primeiro lugar, algumas contribuições da *psicossociologia*, uma disciplina que combina aspectos psicológicos e psicanalíticos com a análise sociológica de fenômenos sociais e políticos, oriunda principalmente da França, a partir da década de 1960.

Um dos primeiros autores que contribuíram para este tipo de análise foi o próprio Sartre, em sua obra *A crítica da razão dialética*, publicada em 1960, na qual avalia o percurso da Revolução Francesa, mostrando que as instituições e processos políticos coletivos têm uma tendência inerente à *institucionalização* e *burocratização*, podendo chegar à fase de *terror*, quando se inicia um processo persecutório de identificar traidores entre seus membros e suas próprias lideranças e eliminá-las, até mesmo fisicamente.

Um autor mais recente é Eugène Enriquez, professor emérito da Universidade Paris VII, com várias obras publicadas também no Brasil, e que se inspira particularmente nos textos culturais e de psicologia social de Freud. Ele sugere que grupos e coletivos podem compartilhar certas características psicológicas no que chamou de *imaginários sociais ou coletivos* (Levy et al, 1994).

Chama-se atenção especial para os *imaginários compactos*, em grupamentos que tendem a superidealizar seu(s) líder(es) e a gerar um modo de funcionamento autoritário e sectário, marcado pela incapacidade de reconhecer seus problemas/conflitos internos e os processos sociais ao seu redor, por sempre mobilizar seus membros por meio da identificação de pretensos bodes expiatórios, para agredir todos aqueles identificados como dissidentes internos, ou como inimigos externos, ou ainda como concorrentes ao grupo ou a seu(s) líder(es). Outra contribuição sugestiva da psicossociologia vem de René Kaës, professor emérito da Universidade Lumière Lyon 2, e também com algumas obras publicadas no Brasil. Ele propõe que as instituições e coletivos desenvolvam uma *estrutura psíquica comum*, com *mecanismos de defesa compartilhados*, com níveis diferenciados de aliança inconsciente e *narcisismo grupal*, em um pacto em que as pessoas tendem a renunciar aspectos de sua individualidade e suas diferenças em função dos valores e da cumplicidade coletiva (KAËS, 1997).

Alguns grupos desenvolvem essa estrutura em um nível fortemente narcísico, negadora das diferenças internas e da alteridade, assim marcando-os pelas pulsões mais brutas e “tóxicas”, produzindo grupos sectários e autoritários. Dependendo das condições históricas, e por serem estruturas psíquicas compartilhadas, podem eventualmente ganhar forte difusão nas massas populacionais, ou seja, ter um caráter “epidêmico”. Uma segunda proposição deste ensaio é no sentido de que, em avaliações de processos históricos complexos, a análise psicossociológica deve ser articulada com uma abordagem multidimensional de aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, institucionais e comunicacionais, na linha do que esboça Enriquez em sua obra *A organização em análise* (ENRIQUEZ, 1997), embora focada mais diretamente nas organizações.

Seguindo esta pista para a dimensão política mais ampla, uma primeira constatação é a de que líderes e grupos com características psicológicas similares a que estamos descrevendo, por exemplo associadas ao perfil da psicopatia, geralmente ganham suporte e chegam ao poder em períodos de crises econômicas, sociais e políticas agudas, profundas e/ou prolongadas, em que setores das elites e das massas populacionais se cansam da necessária tolerância com os mecanismos democráticos de resolução de conflitos e elegem lideranças com tais características. Estas “alternativas históricas” geralmente têm profundas marcas dramáticas e trágicas, pois tendem a guerras, ditaduras e, por vezes, a verdadeiros genocídios, portanto, têm altíssimo custo em termos de dor e vidas humanas. Exemplos disso foram certamente o nazismo alemão e o fascismo italiano, entre outros casos na nossa longa e sangrenta história humana, particularmente durante o século XX. Para rememorar o que foi a ascensão e as características do fascismo italiano, recomendo o livro *O fascismo eterno*, de Humberto Eco (2018), no qual o autor mostra as formas que esse regime tomou, marcando sua infância na Itália e a desconstrução da democracia. Desde então, sabemos que esse tipo de regime pode se reatualizar em novos formatos.

Podemos dizer que a crise econômica de 2008, gerada irresponsavelmente no sistema financeiro e imobiliário dos Estados Unidos e que atingiu todo o mundo, foi claramente um processo desse tipo, provocando uma forte “onda” internacional, em que grupos políticos de ultradireita saíram do armário e do guarda-chuva das lideranças liberais, já defensoras e executoras de doutrinas e políticas neoliberais², mas que ainda tinham algum respeito pela democracia representativa e pelos direitos humanos. Políticos como Trump (EUA), Netanyahu (Israel), Boris Johnson (Inglaterra), Salvini (Itália, até 2019), e outros líderes atualmente no poder na Hungria, Polônia, Índia e outros países – e, claro, Bolsonaro em nosso país, sendo, talvez, o mais radical entre eles – compartilham em diferentes níveis os traços desse tipo de imaginário compacto e perfil político autoritário.

Essa onda ultradireitista, às vezes com elementos explicitamente neonazistas, apresenta uma dimensão coletiva análoga a algumas características psicológicas descritas no plano individual para o perfil psicopata: a *necropolítica*. Autores como Loïc Wacquant (2001, 2006) já vinham denunciando desde a virada do milênio a tendência ao encarceramento em massa das populações “sobrantes” do sistema produtivo capitalista nos EUA e em diversos países centrais. Depois da crise de 2008, vários governos e/ou partidos de ultradireita estão sendo estimulados pela orientação neoliberal mais radical e pelo *lobby* da indústria de armas, a implementar medidas de necropolítica (MBAMBE, 2019), ou seja, de gerir esses grupos populacionais pela segregação radical e extermínio. Daí, a lógica de guerra que existia entre as nações é interiorizada para uma espécie de ‘guerra interna’ ou ‘guerra urbana’.

No Brasil, um exemplo disso é a campanha eleitoral de Bolsonaro, que utilizou o símbolo de arma com a mão. Desde sua posse, são diversas as iniciativas de ampliar o porte legal de armas para o cidadão comum, de afrouxar os mecanismos de rastreamento de munições e de implementar o chamado “excludente de ilicitude”, pelo qual policiais poderiam ser excluídos de criminalização em caso de morte de civil, se o evento ocorrer em função de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” (sic). Adicionalmente, como já indicado, o desdém e a banalização da morte que Bolsonaro tem revelado em relação aos milhares de mortos devido à pandemia do COVID-19, também revelam sua faceta necropolítica.

² Para uma análise crítica do projeto neoliberal em suas bases históricas, teóricas e conceituais, recomendo enfaticamente a leitura de “*Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*”, de Wendy Brown, professora de Ciência Política da Universidade de Berkeley, EUA, a partir do seu resgate dos debates e análises de acadêmicos de esquerda gerados pela ascensão de Trump ao poder naquele país em 2016.

Temos ainda outro componente adicional importante na atual conjuntura: o fenômeno que vários autores chamam de *pós-verdade*, vinculado ao desenvolvimento vertiginoso da comunicação digital e particularmente das *fake news* impulsionadas por redes superpotentes de repetição de mensagens e de avaliação individualizada do perfil ideológico de cada cidadão por meio de sua atuação *on-line*. A disseminação das *fake news* facilita a manipulação e a geração de bolhas fechadas de comunicação, com seus imaginários compactos, fundamentalistas e sectários, e que sem dúvida alguma põem em risco a própria democracia e suas eleições.

Diante dessa perspectiva, são constantes os ataques às universidades, à produção e ao debate científico e à imprensa séria e investigativa, em função de opiniões e *fake news* jogadas goela abaixo da sociedade por suas lideranças, via redes sociais. Em nosso caso, os principais representantes da atual Comissão Parlamentar de Inquérito sobre *fake news* da Câmara dos Deputados afirmam que há indícios muito consistentes de que a principal origem de *fake news* que atacam todos aqueles contrários a Bolsonaro, nascem de dentro do próprio Palácio do Planalto, do chamado Escritório do Ódio³, liderado por Carlos Bolsonaro⁴, que se licenciou como vereador no Rio de Janeiro para assumir este posto junto ao pai.

No Brasil, há ainda uma dimensão histórico-cultural de longo prazo que colabora com estes processos: um componente hierárquico, marcado pela lógica do jeitinho e pelas relações pessoalizadas nos circuitos sociais e também na esfera da política, como nos revelou Roberto DaMatta (1990), bem como de um componente milenarista e messiânico na sua cultura religiosa e populista na esfera política, estudado por autores clássicos tais como Maria Isaura de Queiroz (1965). Por eles, tivemos essa tendência à repetição da escolha de lideranças políticas autoritárias, carismáticas e messiânicas, cujos exemplos mais conhecidos e recentes foram sem dúvida Vargas, Jânio Quadros e Collor de Mello, cuja passagem pelo poder sempre foi marcada pela crise, final dramático ou até mesmo trágico. Hoje, não é aleatório que Bolsonaro, quando se batizou em uma das igrejas evangélicas que o apoiam cegamente, incluiu o nome Messias em seu nome. Além disso, seus seguidores mais radicais o chamam de “mito”, em uníssono, nas demonstrações coletivas. Diante de tudo isso, o diagnóstico psiquiátrico aponta de forma limitada para essa dimensão subjetiva problemática e grave, mas ao mesmo tempo individualiza, reduz e escamoteia a efetiva dimensão do enorme abismo coletivo em cuja beira nos encontramos hoje no país, aprofundado agora pela pandemia do COVID-19.

Os riscos de banalização da morte e de barbárie não podem ser desprezados. Já estamos vendo várias cidades brasileiras com o sistema de saúde e os serviços funerários entrando em colapso, enquanto Bolsonaro e seu grupo não só ignoram essa realidade, como também colocam mais fogo nessa fogueira. Por exemplo, pedindo desde o início da pandemia, o fim do isolamento/distanciamento social e a volta a uma normalidade social que é impossível e é necessariamente geradora de contaminação e genocídio. Além disso, vêm gerando crises frequentes, como as trocas de Ministro da Saúde em plena expansão da pandemia, os declarados apoios às manifestações contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal e, mais recentemente, vêm tentando fazer uma intervenção na Polícia Federal para colocar na sua direção alguém que possa ser inteiramente controlado, visando barrar os processos nos quais Bolsonaro e seus filhos são objeto de investigação. Este último fato provocou a autodemissão de seu Ministro da Justiça, que saiu fazendo graves acusações ao governo.

³ <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>

⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/cpi-identifica-computador-do-senado-como-provedor-de-pagina-de-fake-news-24295402>

Assim, estamos diante de um quadro terrível. O comentarista Bernardo Mello Franco, de O Globo, colocou o dedo na ferida e escreveu em sua coluna do dia 26/04/2020 que o fascismo está à espreita, se referindo implicitamente à situação brasileira. Situações como esta requerem de todas as forças sociais e políticas democráticas deste país, independentemente de suas ideologias e partidos políticos, um posicionamento e ações urgentes de enfrentamento. A história e as futuras gerações de brasileiros, incluindo nossos filhos, netos e demais descendentes, certamente cobrarão de cada um de nós o que fizemos nesta situação tão grave do país: “e aí, onde vocês estavam e o que fizeram naquele momento?”.

REFERÊNCIAS

- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Filosófica Politéia, 2019.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Ed. 5, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- ECO, H. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Ed. 1, Petrópolis: Vozes, 1997.
- KAËS, R. **O grupo e o sujeito no grupo: elementos para uma teoria psicanalítica dos grupos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- LEVY, A., NICOLAI A., ENRIQUEZ, E. E DUBOST, J. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, Ed, N-1, 2019
- QUEIROZ, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Editora da USP, 1965.
- SARTRE, J-P. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1960
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- WACQUANT, L. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.